

FINALMENTE VACINADOS!



INFORME JURÍDICO**INFORME SOBRE O PDL QUE ANULA OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 23 DA CGPAR**

Durante o **PAPO DIRETO ONLINE** da sexta (09), a assessoria jurídica do SINDIPETRO-RS (Dr. Abrão), esclareceu sobre o Projeto de Decreto Legislativo 956/18, que trata dos planos de saúde geridos por estatais e anula os efeitos da Resolução 23/18 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar).

A proposta, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), teve o regime de urgência votado e aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 08/07 e estabelece diretrizes e parâmetros ao custeio de planos de saúde geridos por estatais federais para atender a seus funcionários. Com isso, **a matéria poderá ser votada em Plenário a qualquer momento.**

De acordo com o advogado, esta é uma informação importante, tendo em vista que os efeitos da Resolução foram extremamente nocivos para os trabalhadores das empresas públicas. A medida estabeleceu uma série de condições e limites, como a paridade entre a participação das empresas e dos trabalhadores no financiamento dos planos de saúde, prazos máximos, entre outras. “Este governo vem agindo de uma forma cruel contra os empregados das estatais, aumentando o percentual de participação dos trabalhadores da ativa e dos aposentados, cujo objetivo é chegar a 50% para cada parte. Se o projeto da deputada Kokay for aprovado, suspenderá os efeitos da Resolução. Daí a importância de que todos se envolvam nesta luta, pressionando os deputados para que o Projeto seja aprovado”, disse ele.

QUANDO O TRABALHO ADOECE E MATA

Investigação de órgão estadual e Auditoria Fiscal do Trabalho concluiu que um petroleiro que trabalhava há 12 anos na Rlam, como Coordenador Técnico Operacional (CTO), **se suicidou em função das condições precárias de trabalho na refinaria**, vendida pelo governo Bolsonaro. O trabalhador, casado e com dois filhos, cometeu suicídio nas dependências da refinaria no dia 22 de setembro de 2020.

Após o fato, o SINDIPETRO-BA formulou denúncia junto aos órgãos competentes que analisaram uma série de fatores e documentos e também coletaram informações com os colegas. A conclusão do Ministério Público do Trabalho foi de que *“o suicídio decorreu de uma doença mental desencadeada em função das condições em que o trabalho era realizado. A inexistência de ações que pudessem mitigar eventos relacionados ao sofrimento mental, no período, concorreu para o não afastamento do trabalhador da atividade laboral, que permaneceu em atividade ainda que com sinais evidentes de um quadro de transtorno mental em curso”*.

Os técnicos do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cesat) e os auditores fiscais do trabalho avaliaram que *“as mudanças no contexto laboral da RLAM/Petrobrás tiveram contribuição decisiva para o sofrimento psíquico do trabalhador, seguido de ideação suicida com desfecho fatal”*.

O trabalhador que se suicidou não tinha histórico anterior de sofrimento mental. Após o referido suicídio, outro petroleiro da Unidade U13, subordinado ao falecido, foi afastado e internado em uma clínica para tratamento, devido a suspeita de transtornos mentais”.

PAPEANDO**REUNIÃO COM O RH DA REFAP**

O SINDIPETRO-RS esteve, sexta (09), reunido com o RH da empresa. No encontro, tratou de diversas questões, entre elas:

ALIMENTAÇÃO - Novamente o

Sindicato cobrou melhorias e solução para os problemas que se repetem constantemente em relação a alimentação, que já chegou a situações críticas, como alimentação contaminada, mal feita e imprópria para consumo. Algumas denúncias já tinham sido feitas e foram reforçadas. Infelizmente, a empresa não deu uma resposta concreta e o Sindicato continuará acompanhando a situação. Para isso solicita que os trabalhadores informem os problemas à entidade.



VACINAÇÃO - Esta questão, depois de muita luta, foi resolvida, mas permanece pendente agora algumas

questões como testagem e outros encaminhamentos (veja matéria na página 3).

EFETIVOS

- Este é outro problema que,



apesar das cobranças do Sindicato, permanece e tem se agravado com os desligamentos que vêm ocorrendo. Uma das preocupações é como será quando retornarem os turnos de 8 horas, se serão mantidas as dobras intermináveis. O Sindicato cobrou mais uma vez um plano de reposição e alertou que a unidade está ficando numa situação crítica, operando com efetivo mínimo.

**SindiPetro RS****Porto Alegre**

Av. Lima e Silva, 818 - Cidade Baixa,
CEP 90050-100 | Tel: (51) 3226.2799
secretaria@sindipetro-rs.org.br

Canoas

Av. Victor Barreto, 3288 - Centro,
CEP 92010-000 | Tel:(51) 3472.4622
delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

Litoral Norte

Rua Deolindo Maggi, 52 - Centro, em Osório.
CEP 95520-970 | Tel:51) 3663.2763
delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

Sindipetro-RS | Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul | Filiado à FUP, CNQ e CUT

Diretoria Responsável: Alexsandro, Alfredo, Ana, Bruno, Cadore, Daniel, Dary, Deporte, João Aloisio, Lautert, Lameira, Lisboa, Lucí, Maia, Mateus, Mirian, Neide, Orlando, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral e Terterola - Jornalistas Responsáveis: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).

AÇÃO SINDICAL**FINALMENTE VACINADOS**

Depois de meses de muita pressão do Sindicato junto à empresa e à prefeitura de Canoas, finalmente os trabalhadores da Refap e da UTE foram vacinados

A sexta-feira (2) e a terça-feira (6) foram dias especiais para os trabalhadores diretos e terceirizados da Refap e da UTE. Nestes dias, depois de muita pressão do Sindicato, eles foram vacinados nas próprias unidades, contra a Covid-19. Foi um dia de, pelo menos por algum momento, comemorar a vida, depois de tanto tempo lamentando a morte e a contaminação de colegas.

Uma parte da categoria havia sido vacinada pela faixa etária ou por integrar outros grupos prioritários. Os trabalhadores que foram vacinados nas unidades receberam a vacina da Janssen, de dose única.

QUESTÃO DE VIDA OU MORTE

Não foi fácil chegar a este momento. Desde janeiro, quando foi anunciado que a população começaria a ser vacinada, o SINDIPETRO-RS buscou junto à empresa garantir a vacinação para os trabalhadores, já que a categoria havia sido declarada como essencial e, portanto, continuou em atividade plena mesmo nos momentos de lockdown ou de bandeira preta. Naquele momento, o Conselho Nacional de Saúde alertava que a situação era ainda mais crítica do que em agosto de 2020, quando o país bateu na casa dos 100 mil mortos pela Covid-19.

Além disso, desde o início da pandemia, a entidade vinha lutando por cumprimento dos protocolos de prevenção à Covid-19, como testagem, distanciamento e uso de máscaras de qualidade.

Também vinha denunciando nos informativos, o crescente número de mortos no Brasil, o descaso e a irresponsabilidade do governo com a pandemia, e isso num momento em que o Brasil chegava aos 200 mil mortos.

Sem qualquer ação do governo, em abril/21 as mortes passavam de 4 mil por dia e hoje o Brasil contabiliza mais de 520

mil mortos pela pandemia e a contagem continua subindo. Portanto, para o Sindicato, a vacina era uma questão de vida ou morte.



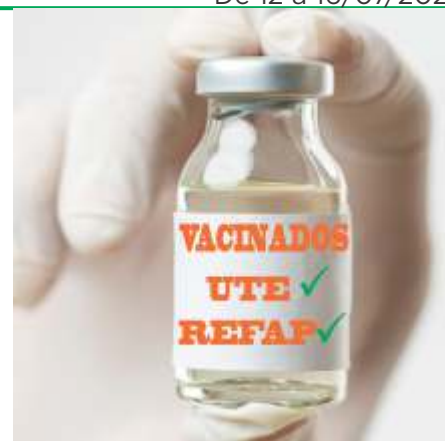
Infelizmente, a empresa e o governo demoraram a vacinar e a categoria teve que conviver com o aumento exponencial das contaminações e a perda de muitos colegas, tanto no RS, como no Brasil. Até 15/06/21, os dados apontavam 45 mortes e 6.949 trabalhadores contaminados na Petrobrás, considerando apenas os trabalhadores diretos.

ATACANDO EM DIVERSAS FRENTES

O Sindicato atacou em diversas frentes. Cobrou sistematicamente da empresa medidas de proteção e vacina, confeccionou máscaras para os trabalhadores e sofreu perseguições por isso. Reuniu com o prefeito, contatou outros sindicatos, fez atos com os trabalhadores em defesa da vida, e ainda concretizou importantes ações de solidariedade com a criação da campanha **Petroleiros pela Vida**. O objetivo da ação – que permanece recebendo doações pela conta bancária e pelo pix **petroleirospela vida@sindipetro-rs.org.br** – é ajudar as pessoas que ficaram desempregadas e estão em situação de risco social.

OUTRAS QUESTÕES AINDA SE IMPÕEM

Conforme alertado pela diretora Miriam Cabreira, mesmo após a vacinação, algumas ques-



tões ainda se impõe. Por isso, em reunião com o RH da empresa no dia 9 de julho, o Sindicato questionou quanto a continuidade da testagem em massa. A Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) da empresa informou que a orientação da Petrobrás é de que, para quem fez a vacina, não tem sentido manter a testagem com o teste sorológico e que o teste será feito apenas para os suspeitos de terem a doença.

Os dirigentes alertaram que, de acordo com a Fiocruz, a testagem em massa ainda é importante e adequada para fazer o controle e solicitou que o teste a ser feito seja então o que mede a carga viral.

A mesma cobrança tem sido feita pelas representações dos petroleiros em nível nacional. O Sindicato aguarda agora como esta questão será tratada pela empresa daqui para a frente.

Outra questão que vem preocupando os trabalhadores é quanto ao retorno do turno de 8 horas, agora que já foi feita a vacinação. A empresa informou que a intenção é retomar este turno, assim como o fim do teletrabalho, somente a partir de 1º de outubro, dependendo de como estiver a situação da pandemia.

O SINDIPETRO-RS continuará monitorando e acompanhando a forma de a empresa lidar com a pandemia e **não vamos aceitar qualquer retrocesso** sob o argumento de que todos estão vacinados. A doença ainda está ativa, forte, e exige os mesmos cuidados, como uso de máscara, distanciamento e respeito aos protocolos de prevenção. E assim como o Sindicato continuará cobrando da empresa ações com foco na proteção dos trabalhadores, pede que cada um e cada uma continue se cuidando. **Nosso trabalho é essencial, mas mais essencial é a vida** ■

GERAL**MAIS AUMENTOS**

Dia 6 de julho começaram a valer os novos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha. Somente este ano, a gasolina já subiu 46%, o diesel 40% e o gás de cozinha, um item de primeira necessidade, 38%.

Para o diretor do SINDIPETRO-RS, Dary Beck Filho, os aumentos são resultado da política nefasta do governo Bolsonaro e da gestão da Petrobrás. “A gasolina bate nos seis reais e o gás passa dos R\$ 100. Tudo resultado da opção do governo pelo Preço de Paridade Internacional (PPI). Ou seja, a gente paga caro para que os importadores, amigos do Bolsonaro, e os acionistas internacionais tenham altos lucros, à custa do sacrifício da população”.

De acordo com o dirigente, a questão dos aumentos do diesel é ainda pior, já que impacta no preço dos fretes e, conseqüentemente, na comida, nos remédios e em praticamente todos produtos e serviços.

Ele alerta que, com a Petrobrás funcionando corretamente, seria possível ter um preço mais barato. “Isso ajudaria a economia, a geração de emprego, mas infelizmente o governo que temos quer destruir o país e usa a Petrobrás para fazer isso. Vamos continuar denunciado esta política”, acrescentou.

**ENQUANTO PREÇOS AUMENTAM, REFINARIAS SÃO PARALISADAS**

Enquanto os preços dos combustíveis sobem, a Petrobrás paralisou a produção na Replan, a maior refinaria do país, por falta de escoamento. Em 5 dias, a unidade deixou de produzir cerca de 11 mil metros cúbicos de GLP e 75 milhões de litros de gasolina. De acordo com o Sindicato, a Refinaria paralisou a produção de uma unidade de Craqueamento Catalítico (U-220), por falta de escoamento do gás liquefeito de petróleo (GLP) – o gás de cozinha. O motivo foi que houve uma decisão do governo de zerar o Imposto de Importação sobre a resina de polipropileno no início de abril, o que afetou a Braskem e, com a reação em cadeia, também a Petrobrás. Mesmo com o alerta dado pelos técnicos, a empresa não tomou providências e demorou a agir, obrigando a paralisação da unidade.

Uma situação que preocupa também pelas condições de segurança da planta. Projetadas para funcionar ininterruptamente, as paradas multiplicam os riscos de vazamentos, incêndios e falhas nas estruturas. Uma situação que jamais ocorreu antes em qualquer refinaria.

SERVIÇOS**PLANTÕES JURÍDICOS**

Para a segurança de todos e todas, as consultas com os advogados e advogadas estão acontecendo de maneira remota.

Escritório Costa & Advogados - Plataforma Zoom
Segunda a sexta-feira, das 10h às 18h - Necessita agendamento pelo telefone (51) 99630.6203

Escritório Direito Social - Plataforma Zoom - Segunda a sexta-feira - 10h às 18h - Necessita agendamento pelo telefone (51) 99292.1642

Qualquer dúvida, entre em contato com o diretor jurídico do Sindipetro, José Francisco Russo (51) 9.99183726

ASSISTÊNCIA SOCIAL - Atendimento com a assistente social **Jaqueline Domingues da Costa**. Por conta do coronavírus, os plantões serão por demanda. Os interessados podem **agendar pelo telefone (51) 3226.2799 ou pelo celular (51) 99925.3304**.

NOTAS**ABOCANHANDO TUDO**

O Mubadala, Fundo de Investimentos dos Emirados Árabes Unidos, está abocanhando de tudo. Depois de comprar a Rlam, na Bahia, assumiu a dívida da Invepar, passou a controlar a Concessionária Metroviária do Rio de Janeiro (a MetrôRio) e deve ainda assumir a Linha Amarela. Neste último caso, depende de autorização da Prefeitura do RJ e do STF. Mas não para por aí. A petroquímica Braskem, empresa do Grupo Novonor (antiga Odebrecht), também está no radar do Fundo, que quer comprar 50,1% da empresa. Já a Petrobrás, que é dona de parte da Braskem, em princípio, não se opõe ao negócio.

SOBRE A GREVE DE 2018

O presidente do SINDIPE-TRO-RS, Fernando Maia, esclareceu que, de forma ilegal, a empresa vem retendo as contribuições dos trabalhadores que deveriam ser repassadas ao Sindicato. A iniciativa da empresa tem a ver com a greve de 2018 da categoria frente ao descumprimento do ACT pela empresa. Na ocasião, a greve dos petroleiros somou com a greve dos caminhoneiros e culminou com a queda do então presidente da Petrobrás, Pedro Parente. A empresa entrou na justiça contra o movimento e o TST interpretou que a greve era ilegal. No entanto, mesmo sem ter transitado em julgado ainda, a empresa vem, desde abril, retendo as contribuições da categoria à entidade, inclusive o desconto assistencial, o que fez o Sindicato cobrar uma posição da empresa, que ainda não foi respondida. Maia esclarece que o Sindicato continua na luta, com as campanhas contra a destruição da empresa e aguarda os próximos passos da Justiça em relação a recurso das representações dos trabalhadores.